MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

RESPOSTAS ÀS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL Nº 1 – MPSE, DE 19 DE ABRIL DE 2022

Sequencial: 1

Subitem: 16.3

Argumentação: COMISSÃO DO XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA Venho por meio deste impugnar o 16.3, que versa sobre a avaliação de títulos. O QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS, na alínea “a”, valora o Exercício de cargo da carreira do Ministério Público e da Magistratura com 1,00 (um) por exercício ou fração de exercício, ao máximo de 3 (três) pontos. Sendo que no item “b”, o exercício do Cargo de Defensor Público é valorado por apenas 0,5 (meio) ponto, podendo acumular no máximo 1,00 (um) ponto. Trata-se, pois, de medida desproporcional e contrária aos princípios e regras constitucionais o tratamento desigual entre as três carreiras jurídicas. As carreiras da Magistratura, da Defensoria Pública e do Ministério Público são carreiras providas por meio de concurso público e independência funcional. São as três ÚNICAS carreiras jurídicas regidas por Lei Complementar Nacional (vide LC nº 80/1994) e que possuem a prerrogativa constitucional de INAMOVIBILIDADE E INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL (Art. 134, § 1º c/c 95, II, e art. 129, § 4º, todos da CRFB/1988). A prerrogativa da independência funcional é privativa da Defensoria Pública e Ministério Público, não se estendendo às demais carreiras jurídicas. Vejamos: Os princípios institucionais e as prerrogativas funcionais do Ministério Público e da Defensoria Pública não podem ser estendidos às Procuradorias de Estado, porquanto as atribuições dos procuradores de estado “sujeitos que estão à hierarquia administrativa” não guardam pertinência com as funções conferidas aos membros daquelas outras instituições. STF. Plenário. ADI 5029, Rel. Luiz Fux, julgado em 15/04/2020. Informativo 975 A prerrogativa da inamovibilidade é privativa da Defensoria Pública, Ministério Público e magistratura, não se estendendo às demais carreiras jurídicas. Vejamos: A garantia da inamovibilidade conferida pela Constituição Federal aos magistrados, aos membros do Ministério Público e aos membros da Defensoria Pública (artigos 93, VIII; 95, II; 128, § 5º, b; e 134, parágrafo único) não pode ser estendida aos procuradores de estado. STF. Plenário. ADI 5029, Rel. Luiz Fux, julgado em 15/04/2020. Ressalta-se que a LC nº 80 de 1994 veda discriminação da carreira de Estado da Defensoria Pública. Art. 128. São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado, dentre outras que a lei local estabelecer: (...) XIII - ter o mesmo tratamento reservado aos Magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça; O Ministério Público e a Defensoria Pública são as únicas carreiras jurídicas com poder de requisição, vejamos:

Resposta: deferida. Os argumentos do impugnante, que ressaltou as semelhanças entre as carreiras do Ministério Público, da Magistratura e da Defensoria Pública, especialmente quanto aos princípios institucionais e às prerrogativas funcionais, merecem ser acolhidos. Deve existir simetria entre o Juiz, o Promotor de Justiça e o Defensor Público no sistema de justiça, o qual se sustenta em um tripé do qual a Defensoria Pública faz parte. No mais, os concursos para ingresso nessas carreiras têm o mesmo nível de dificuldade.

Sequencial: 2

Subitem: 5.2, b)

Argumentação: Verifica-se a visível desproporcionalidade da exigência à inscrição das pessoas com deficiência no referido certame quanto ao prazo do laudo. Com efeito, na praxe jurídica, os editais de concurso público determinam que o laudo de comprovação de deficiência a ser enviado, deve ser elaborado no prazo de 12 (doze) meses anteriores a publicação do edital. Como exemplo, cita-se o edital de abertura do último concurso pra Promotor de Justiça de Sergipe (EDITAL Nº 1/2010-PGJ, DE 9

DEFEVEREIRO DE 2010) e o edital de abertura do concurso do MP do Amapá (EDITAL Nº 1 “ MPAP PROMOTOR, DE 5 DE ABRIL DE 2021), ambos realizados pelo CESPE. O prazo de 180 (cento e oitenta) dias se mostra um prazo, além de exíguo, imprevisível, razão pela qual requer-se a retificação do edital nesse ponto para que o prazo do laudo seja estendido a 12 (doze) meses anteriores a publicação do edital.

Resposta: indeferida. Mostra-se razoável o prazo de 180 dias, previsto no edital, uma vez que, em 12 meses, como requerido pelo candidato(a), e a depender do tipo de deficiência, pode haver alteração das condições de saúde do concursando. Caso admitido que o laudo pudesse estar datado dentro de 12 (doze) meses anteriores à publicação do edital, poderia ficar desatualizado e distante da data da avaliação biopsicossocial. Dessa forma, a avaliação biopsicossocial deve ser o marco temporal. A data provável da realização da avaliação biopsicossocial já foi divulgada no cronograma do edital para o dia 4/9/2022 pelo que o candidato tem condições de se programar e o prazo de 180 (cento e oitenta) dias previsto não se mostra nem exíguo nem imprevisível.

Sequencial: 3

Subitem: 7.4.8.2.2

Argumentação: Segundo consta do subitem em testilha, pessoa que tiver realizado duas doações de sangue no período de um ano, sendo a última tenha sido feita dentro dos seis meses anteriores à inscrição, será isenta da taxa de inscrição. Contudo, as doações de sangue devem ser provadas por meio de certidão emitida pelo Centro de Hemoterapia do Estado de Sergipe (HEMOSE). Exigir que a comprovação das doações de sangue seja feita por meio de certidão emitida pelo HEMOSE viola o disposto no artigo 19, III, da Constituição Federal, por criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si, na medida em que apenas candidatos que residam no Estado de Sergipe e tenham doado sangue na rede pública de saúde, serão isentos da taxa de inscrição. Um candidato que resida em Minas Gerais e que seja doador de sangue na rede privada de saúde não faria jus à isenção, o que também viola o princípio da igualdade, previsto no artigo 5º, "caput", da Constituição Federal. A pessoa que doou sangue na rede pública de Sergipe e a pessoa que doou sangue na rede privada de Minas Gerais são igualmente doadoras de sangue e igualmente imbuídas de altruísmo, razão pela qual devem ser tratadas de modo igual. Diante do exposto, requer-se seja a isenção ampliada para todos aqueles que comprovarem duas doações de sangue no período de um ano, tendo a última acontecido nos seis meses anteriores, em qualquer centro de doação de sangue do país, público ou privado, mediante certidão emitida pelo respectivo centro de saúde receptor do sangue, público ou privado.

Resposta: indeferido. A Lei Estadual nº 4.087/1999 é clara ao dispor que a comprovação das doações de sangue será por meio da apresentação de certidão expedida pelo Centro de Hemoterapia do Estado de Sergipe (HEMOSE). Leia-se:

Art. 1º - Os doadores de sangue que contarem o mínimo de 02 (duas) doações, num período de 01 (um) ano, estarão isentos do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pelo Estado. Art. 2º - Para fazer jus a este benefício, o doador terá que ter realizado a última doação num prazo anterior de 06 (seis) meses da efetivação da inscrição.

Art. 3º - A comprovação do que estabelece o art. 1º desta Lei, dar-se-á através da apresentação de certidão expedida pelo Centro de Hemoterapia do Estado de Sergipe - HEMOSE.

Assim, a impugnação deve ser indeferida, uma vez que as regras estabelecidas no Edital nº 1 – MPSE, de 19 de abril de 2022, a serem observadas para a concessão de isenção de pagamento da taxa de inscrição, encontram-se em conformidade com a legislação estadual aplicável.

Sequencial: 4

Subitem: 6.2.6.1

Argumentação: Consta do edital que comprovando-se falsa e de má fé a declaração, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua nomeação. Todavia o edital não estabelece quais condutas poderiam ser consideradas de má-fé a fim de ensejar a eliminação

ou que tal norma seja considerada inválida/nulo devido a ser demasiadamente genérica. Neste ponto, por se tratar de norma que poderá restringir direitos, é necessário que haja uma delimitação adequada a fim de evitar que condutas não fundadas na má-fé sejam punidas indevidamente. Bem se sabe que a etnia/raça negra incorpora pessoas pretas e pardas. Inclusive, quanto aos pardos, em diversas situações, há razoável dúvida se determinada pessoa é negra ou não, isso devido ao seu fenótipo, pois, apesar de ter pele não branca, tem feições de pessoa não negra(caucasiana e outros) Ademais, imagine um candidato não negro que se inscreva pelo sistema de cotas, avance para a etapa discursiva e posteriormente não compareça a entrevista de heteroidentificação ou que desista de participar do sistema de cota e seja mantido no concurso devido a ter atingido nota suficiente para tanto. Nesta situação haverá má-fé? Como conferir se este candidato agiu de forma deliberada para fraudar o sistema; ou se ocorreu uma intempere que o impediu de participar da entrevista; ou se tratou de opção a fim de não ocupar vaga do sistema? Imagine outra situação, um candidato que na entrevista de heteroidentificação seja considerado não negro, mas que somente avançou nas etapas anteriores por está inscrito no sistema de cotas. Nesta situação haverá má-fé? Nesta situação, a banca o identificará a qual "raça" esse candidato pertence? Imagine que ele evidentemente é caucasiano ou asiático? Haverá má-fé neste caso? Por isso, também é proposta alteração do item 6.2.6 (caput) a fim de evitar que quem não atingiu a nota de corte seja beneficiado após ser excluído do sistema de cotas. Portanto, são situações em que o edital deve, no mínimo, prevê a fim de evitar deturpação da política de justiça social. Neste ponto, sugere-se que a banca de heteroidentificação utilize termos objetivos para identificar a que etnia/raça pertence o candidato sob avaliação a fim de identificar se houve má-fé e/ou falsidade na autodeclaração. E, nas situações em que houver razoável dúvida sobre ao pertencimento ou não ao grupo de negros (pardos e pretos) que a autodeclaração não seja declarada falsa e/ou de má-fé.

Resposta: indeferido. O subitem 6.2.6.1 impugnado se refere ao procedimento de heteroidentificação dos candidatos que se autodeclararam pessoas negras. Nesse sentido, informa-se que a má-fé na declaração prestada não possui condutas específicas, mas sim designa o ato de uma pessoa que agiu com intenções maliciosas, para prejudicar outrem. Assim, a impugnação deve ser indeferida, uma vez que as regras estabelecidas no Edital nº 1 – MPSE, de 19 de abril de 2022, a serem observadas para o procedimento de heteroidentificação dos candidatos que se autodeclararam pessoas negras encontram-se em conformidade com a Constituição Federal e os princípios da Administração Pública.

Sequencial: 5

Subitem: 6.2.6

Argumentação: Consta do edital que o candidato excluído do sistema de reserva de vaga para pessoas negras, passará a concorrer às vagas da ampla concorrência *caso tenha nota para tanto*. Todavia o edital não especifica o que seria a "nota para tanto". Não é possível inferir se a referida nota seria aquela necessária para ocupar uma das 100(cem vagas) constantes no item 10.10.1, ou seja, a nota de corte necessária para os candidatos da ampla concorrência avançarem para a segunda fase do concurso(discursiva); ou se essa nota seria aquela do 10.10.1.1, em que o candidato inscrito inicialmente nas cotas precisa de 6,00 para ser considerado habilitado; ou se essa nota seria referente ao resultado da segunda fase(discursiva), constante no item 10.10.10, em que o candidato precisa da média de 6,00 pontos. Portanto, essa obscuridade além de causar insegurança jurídica, uma vez que não define qual é a nota necessária para continuar no certame, também pode resultar em fraude. A fraude poderá ocorrer caso um candidato não negro se autodeclare ser negro, obtenha nota suficiente para avançar para a etapa discursiva e, após a fase discursiva, mas antes de participar da entrevista heteroidentificação, desista de concorrer neste sistema; ou não compareça a entrevista; ou ainda, pior, seja considerado não negro pela banca examinadora. Nesta situação, pela falta de definição, o candidato que pretenda fraudar o sistema poderá se valer desta omissão para avançar nas etapas do concurso preterindo os candidatos da ampla concorrência que disputaram as 100 vagas da nota de corte e pior deturpando o sistema de cotas. Razão pela qual sugere-se a alteração do mencionado dispositivo a fim de que conste expressamente que o

candidato excluído do sistema de cotas precise ostentar nota equivalente a aquela constante no item 10.10.1, ou seja, entre os 100 candidatos mais bem classificados na prova preambular, respeitados os empates na última posição.

Resposta: indeferido. O subitem impugnado assim dispôs sobre o procedimento de heteroidentificação dos candidatos que se autodeclararam pessoas negras:

6.2.6 O candidato será excluído do sistema de reserva de vaga para pessoas negras, passando a concorrer às vagas da ampla concorrência, caso tenha nota para tanto:

- a) se não comparecer à sessão prevista no subitem 6.2.1 deste edital; ou
- b) se não confirmar a opção de concorrer às vagas reservadas para pessoas negras; ou
- c) quando, por maioria, os integrantes da comissão de heteroidentificação considerarem que não atendeu à condição de pessoa preta ou parda.

Nesse sentido, fica cristalino que o candidato será excluído do sistema de reserva de vaga para pessoas negras, passando a concorrer às vagas da ampla concorrência, caso tenha nota para prosseguir nas vagas destinadas à ampla. Assim, a impugnação não merece ser acolhida, ante a ausência de qualquer obscuridade.

Sequencial: 6

Subitem: 6.2.1

Argumentação: Consta que a entrevista de heteroidentificação somente será realizada após a realização das provas discursivas. Ocorre que tal procedimento pode onerar financeiramente a realização do concurso, bem como, principalmente, resultar em fraude ao sistema de cotas. Consta do item 10.10.1.1 deste edital que serão convocados para a prova discursiva os candidatos que se autodeclararem pessoas negras que obtiverem na fase preambular média igual ou superior a 6,00 pontos serão considerados habilitados em listas específicas, sem prejuízo dos candidatos aprovados na forma do subitem 10.10.1 deste edital. Portanto, todos aqueles que se autodeclararem negros e que obtiverem nota igual a 6,00 pontos serão habilitados para participar da segunda etapa do concurso. Ocorre que tal medida incentiva a que pessoas não negras falsamente se autodeclarem negras a fim de treinar seu desempenho na fase discursiva do concurso e, assim, fraudar o sistema de cotas. Com isso, a banca examinadora precisará despender maiores recursos a fim de atender a todos os candidatos autodeclarados negros que sejam habilitados para a segunda etapa, ainda que, futuramente, os integrantes da comissão de heteroidentificação considerarem que ele atende à condição de pessoa preta ou parda. Assim, serão gastos recursos com a aplicação da prova (aluguel, funcionários e outros), digitalização dos cadernos de respostas, correção das provas, divulgação de resultados e julgamento de eventuais recursos contra as mencionadas correções. Tudo isso antes de ser verificado se aquele candidato realmente tem direito de concorrer as vagas destinadas a política afirmativa. Com isso, a realização da entrevista de heteroidentificação somente após a segunda fase do concurso fere ao princípio constitucional da administração pública que deve ser eficiente e por isso econômica. Razão pela qual sugere-se a alteração do edital a fim de que a entrevista de heteroidentificação seja realizada após a prova preambular e antes da convocação dos candidatos autodeclarados negros para a fase discursiva (segunda fase), de modo que, somente aquele que forem aprovados pela banca de heteroidentificação terão direito a concorrer pelo sistema de cotas.

Resposta: indeferido. A impugnação apresentada ao subitem 6.2.1 parte do princípio da má-fé das pessoas, que iriam se inscrever no certame como pessoas negras sem, de fato, o serem. O Ministério Público de Sergipe entende que os concorrentes agirão de boa-fé. Caso assim não se comportem, o edital, expressamente, prevê meios para coibir tais atos, inclusive, com a eliminação dos candidatos (conforme subitem 6.2.6.1 do edital). Além disso, há outras razões que justificam a decisão tomada pelo MPSE: a) se entrevista já for feita após a fase preambular, como não há nota de corte para os candidatos que se declararem negros ou pardos, poderá haver um grande número de pessoas a serem entrevistadas, tumultuando o andamento do certame; b) se o candidato tivesse de se submeter à Comissão de

Heteroidentificação antes da fase discursiva e fosse considerado “não negro” ficaria submetido ao “ponto de corte”, como grande possibilidade de ajuizamento de recurso para garantir a realização da fase discursiva como candidato *sub judice*, havendo o risco de se provocar o adiamento dessa fase por meio de liminares, com grande custo tanto para o MPSE, quanto para os demais candidatos; c) submeter os candidatos pretensamente cotistas à Comissão de Heteroidentificação em fase posterior à prova discursiva amplia a inclusão, pois dispensa um deslocamento extra e custoso (para os candidatos de fora do Estado) entre a fase objetiva e a fase discursiva; d) após a fase discursiva muitos candidatos (cotistas ou não) são eliminados em virtude de não terem alcançado a nota mínima, de forma que é esperado haver um menor número de candidatos cotistas a serem submetidos à Comissão de Heteroidentificação do que se fosse preciso realizar essa fase logo após a fase objetiva, tornando essa fase mais rápida e menos custosa.

Sequencial: 7

Subitem: 4.1

Argumentação: Relativamente ao quantitativo de vagas, há desproporcionalidade para o quantitativo de vagas para pessoas deficientes e pessoas negras, em relação às vagas para o quantitativo de ampla concorrência, que foi ofertado com poucas vagas se comparado com a reserva de vagas. Para haver percentual razoável e de 20% para pessoas negras e deficientes, seria necessário haver 10 vagas de ampla concorrência. Assim, atenderia o princípio do amplo acesso aos cargos públicos para os candidatos de ampla concorrência. Portanto, concluo que o item 4.1 é inconstitucional por ferir o princípio da razoabilidade e proporcionalidade, razão pela qual estou impugnando esse item. Na oportunidade requeiro a alteração do Edital para dispor de 10 vagas, com 2 vagas destinadas às pessoas negras e deficientes, e as demais para os candidatos de concorrência ampla.

Resposta: indeferida. O edital do Ministério Público de Sergipe apenas seguiu determinação constitucional e da Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público, quando previu reserva de 5% das vagas para pessoas com deficiência e 20% para pessoas negras e pardas. O art. 15-A da Resolução CNMP nº 81/2012, alterado pela Resolução CNMP nº 240/2021 assim estabelece:

Art.15-A. O Ministério Público brasileiro, obedecidos os regramentos próprios previstos em lei, reservará percentual dos cargos para pessoas com deficiência de, no mínimo, 5% (cinco por cento), até 20% (vinte por cento), considerando também o disposto no § 1º do art. 1º do Decreto nº 9.508/2018 e no § 2º do art. 5º da Lei nº 8.112/1990. (Incluído pela Resolução nº 240, de 28 de setembro de 2021) § 1º Na hipótese de concurso público para apenas uma vaga, poderá ser dispensada a reserva de vagas para candidatos com deficiência, desde que comprovada a existência de membros e servidores com deficiência nos quadros, observados, no mínimo, 5% do total de cargos. (Incluído pela Resolução nº 240, de 28 de setembro de 2021) [...]

Vislumbramos que apenas em casos de concurso para 1 (uma) única vaga é que pode não existir a reserva para pessoas com deficiência. No caso do MPSE, foram ofertadas 5 vagas, devendo haver, portanto, reserva de pelo menos 5% dessas vagas para as pessoas com deficiência, exigência regularmente cumprida pelo edital. Já a Resolução CNMP nº 170/2017 prevê, em seu art. 2º e § 1º, que:

Art. 2º Serão reservadas aos negros o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público e do Quadro de Pessoal do Ministério Público, bem como de ingresso na carreira de membros dos órgãos enumerados no art. 128, incisos I e II, da Constituição Federal. § 1º A reserva de vagas de que trata o caput será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 3 (três).

O edital do concurso do MPSE apenas cumpriu as determinações do Conselho Nacional prevendo, das 5 vagas, 3 para ampla concorrência, 1 para candidatos negros e 1 para candidatos com deficiência.

Sequencial: 8

Subitem: 10.1

Argumentação: Respeitosamente, pede-se a mudança de data das discursivas. Prova domingo e segunda atrapalha todos candidatos que trabalham. Pede-se que seja 5 e 6.11, não 6 e 7.11 (domingo e segunda).

Resposta: indeferido. O Ministério Público tem autonomia e discricionariedade para decidir sobre as datas de realização das provas de seus exames. A data de 5 de novembro de 2022, sugerida pelo impugnante, é um sábado e a Constituição Estadual não permite realização de provas de concursos públicos aos sábados em atenção aos candidatos adventistas (Art. 281. Fica proibida a realização de concursos públicos e vestibulares aos sábados, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 21/2000, de 13 de junho de 2000). No mais, realizar as provas discursivas em dois domingos diferentes elevaria muito o custo do concurso tanto para a Instituição quanto para os candidatos de fora do estado. Ainda, por razões pedagógicas, também não seria recomendável a realização das provas em um mesmo dia, em razão do extenso conteúdo. A definição acerca das datas das provas encontra-se dentro da discricionariedade da Instituição, desde que a escolha tenha um fundamento razoável (o que é o caso) e não implique descumprimento à Constituição, às leis e a qualquer princípio do Direito.

Sequencial: 9**Subitem: 10.10.6**

Argumentação: A fórmula de cálculo das notas das questões práticas prevista no subitem 10.10.6 letra "b" é ilegal, devendo o edital nº 1 MPSE ser retificado. Assim dispõe a regra editalícia: b) a avaliação do domínio da modalidade escrita (NPi) totalizará o número de erros (NEi) do candidato, considerando-se aspectos de natureza linguística, tais como grafia, morfossintaxe, pontuação e propriedade vocabular, com pontuação máxima limitada ao valor de 0,80 ponto, e será calculada pela fórmula $NPi = 0,80 \hat{=} (0,40 \times NEi \div TLi)$, em que TLi corresponde ao número de linhas efetivamente escritas pelo candidato na resposta à questão proposta;. A fórmula acima exposta, não encontra amparo, nem no edital de abertura, nem no entendimento consolidado do Conselho Nacional do Ministério Público. Inicialmente, cumpre ressaltar que a Resolução CNMP 14/2016 permite a aplicação de provas sobre o conhecimento de língua portuguesa. Contudo, o edital nº 1 MPSE, não previu, a avaliação de língua portuguesa dentre as matérias que serão objeto de avaliação. Conforme subitem 20.2 do edital de abertura, não há previsão da matéria de língua portuguesa como objeto de avaliação. O edital previu somente matérias jurídicas como objeto de avaliação, logo, com fundamento no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não é lícito que os candidatos sejam submetidos a avaliação de língua portuguesa, se essa matéria não consta no edital. Sobre o assunto, o CNMP já se manifestou inúmeras vezes pela ilegalidade da fórmula de avaliação que permite o desconto em razão de erros linguísticos. A referida fórmula foi considerada ilegal no concurso do MPCE/2019, conforme PCA nº 1.00772/2020-93 julgado em 24/11/2020 e no concurso do MPTO/2021 conforme PCAs nº 1.00099/2022-90 e 1.00102/2022-39, julgados em 29/03/2022. Imperioso destacar que ambos os concursos foram organizados por essa ilustre banca examinadora. Ante o exposto, o impugnante requer o reconhecimento da ilegalidade do item 10.10.6, notadamente no que diz respeito a detração de pontos em razão de erros de língua portuguesa, devendo, ser retificado o edital nº 1 MPSE para o fim de atribuir a integralidade da nota de avaliação somente para o conhecimento jurídico.

Resposta: indeferida. O domínio da modalidade escrita pode e deve ser avaliado em provas de concurso para ingresso na carreira de Promotor de Justiça, pois “a expressão do conteúdo não pode prescindir do vernáculo”. O argumento de que o CNMP autoriza a realização de “prova de Português” em concurso para Promotor de Justiça, mas vedaria descontos por erros de português em questões subjetivas, quando não prevista prova específica de Português, está fundado na Resolução 14/2006: “Art. 16. O concurso constará de provas escritas, oral e de títulos. §1º As provas versarão exclusivamente sobre matérias jurídicas detalhadas no programa, facultando-se a aplicação de prova sobre conhecimento da língua portuguesa. (Alterada pela Resolução nº 24, de 03 de dezembro de 2007)”.

Trata-se de argumentação falha, porque quem pode o mais, pode o menos. Se a Resolução autoriza que o edital preveja uma avaliação específica apenas para Língua Portuguesa, de forma nenhuma está vedando que, na falta desta, sejam observados, e valorados, os erros cometidos pelos candidatos referentes às regras da Língua Portuguesa. No Concurso para membros do Ministério Público do Piauí, o CNMP proferiu decisão (monocrática) favorável aos descontos dos erros de português (Procedimento de Controle Administrativo – PCA Nº 1.00295/2019-03) e, apenas com a decisão do STJ (RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 67363 - PI), monocrática, a regra do edital foi considerada nula, apenas em razão de "redução ilimitada de escores de conteúdo jurídico em razão de erros de ortografia", mesmo argumento adotado pelo STF no julgamento (monocrático) da SUSPENSÃO DE SEGURANÇA 5.332 (PIAUI). Logo, não há decisão judicial ou do CNMP que tenha proibido a própria avaliação do domínio da modalidade escrita durante a correção das provas discursivas.

Quanto à fórmula matemática para contagem de pontos decorrentes de erros da modalidade escrita, observa-se que, nas decisões do CNMP referentes aos editais de concurso do MP/CE e MP/TO, a fórmula prevista nos respectivos editais foi considerada ilegal porque, em ambos os casos, a redução de escores de conteúdo jurídico em razão de erros quanto ao uso do vernáculo era ilimitada. A fórmula adotada pelo CEBRASPE para o concurso do MPSE é inédita, não sendo a mesma adotada por qualquer dos concursos apontados pelo impugnante. A fórmula matemática dos outros concursos reduzia em 20% sobre da nota máxima prevista para a questão o que, embora em teoria parecesse razoável, na prática, se a nota do conteúdo jurídico do candidato fosse baixa e os erros de português muitos, os descontos chegavam a zerar a nota de conteúdo. Não é o que prevê o edital do Concurso para ingresso na carreira de Promotor de Justiça do Ministério Público de Sergipe. Ao contrário do que ocorreu nos editais do MP/TO e MP/CE, no concurso do MP/SE, as notas do domínio da modalidade escrita não se sobreporão às notas do conteúdo jurídico. As questões teóricas valerão 1,20 ponto, sendo 0,96 a nota máxima relativa ao conteúdo jurídico e 0,24 a nota máxima relativa ao domínio da modalidade escrita. Já as questões práticas valerão 4,00 pontos, sendo 3,20 a nota máxima relativa ao conteúdo jurídico e 0,80 a nota máxima relativa ao domínio da modalidade escrita. Ou seja, 80% da nota será atribuída ao conteúdo jurídico e 20% ao domínio da modalidade escrita. Dito de outro modo: a nota de domínio do conteúdo jurídico (Nci) foi fixada em 80% da nota máxima e a avaliação do domínio da modalidade escrita (Npi) foi fixada em 20% da nota máxima. Com essa proposta, o candidato que cometa muitos erros de português pode até zerar a nota de "avaliação do domínio da modalidade escrita", mas isso impactaria no máximo em 0,8 da nota total nas questões práticas e 0,24 nas teóricas. No mais, para zerar sua nota de "avaliação do domínio da modalidade escrita" devido a erros de português o candidato precisaria cometer uma média de 2 erros por cada linha escrita, pois a fórmula matemática tem uma nota de partida da qual são descontados o número de erros de "domínio da modalidade escrita", dividido pelo número de linhas e multiplicado por um "fator" que é 50% da nota máxima prevista para a nota de domínio da modalidade escrita.

O edital do MPSE afasta-se da fórmula matemática tida por draconiana usada em outros concursos (que permitiam zerar os acertos nas respostas ao conteúdo jurídico da questão pelos erros de português cometidos) ao tempo em que não é leniente com os erros quanto ao domínio da Língua Portuguesa. Em uma das impugnações sobre o tema, um candidato traz o seguinte exemplo com a finalidade de demonstrar que a fórmula matemática não seria isonômica: "O candidato A respondeu à questão 01 corretamente, e recebeu, a título de Nci, o total de 3,20. A título de Npi, o candidato escreveu 10 linhas, e cometeu 05 erros. Assim, sua nota Npi será: $0,8 - (0,4 \times 5 / 10) = 0,8 - 0,2 = 0,6$. O candidato A, que acertou integralmente o gabarito, e cometeu apenas 05 erros gramaticais, obteve a nota total de 3,8 (= 3,2 + 0,6). Já o candidato B respondeu à questão 01 parcialmente correta, e recebeu, a título de Nci, o total de 3,1. Já no que se refere à Npi, o candidato escreveu 24 linhas, e cometeu 06 erros. Sua nota Npi será: $0,8 - (0,4 \times 6 / 24) = 0,8 - 0,1 = 0,7$. Assim, o candidato B, que não acertou integralmente o gabarito, e cometeu 06 erros gramaticais, ficou com a pontuação total 3,8." Não se vislumbra qualquer incoerência ou imperfeição na aplicação da fórmula no exemplo acima. Afinal, os supostos candidatos, numa questão prática que deveriam escrever até 90 (noventa) linhas, escreveram 10 e 24, respectivamente. O

impugnante, em sua fundamentação, restringindo-se a valores absolutos, enfatiza o fato de, ao final, os dois supostos candidatos ficarem com a mesma nota, embora um deles tenha cometido um erro de Português a mais, e tenha tido um desempenho de conteúdo menor (um décimo). Deixa de considerar, no entanto, que, em seu exemplo hipotético, um escreveu 10 linhas, e o outro, 24. Pelas regras da proporcionalidade, portanto, 5 erros em 10 linhas têm – e devem ter – impacto proporcionalmente maior do que 06 erros, em 24 linhas.

Por fim, a correção dos aspectos microestruturais tem por base as regras gramaticais estabelecidas pelas gramáticas normativas, não havendo espaço para discricionariedade, podendo o candidato insatisfeito interpor recurso específico contra cada erro indicado pela banca examinadora.

Sequencial: 10

Subitem: 10.10.5

Argumentação: A fórmula do edital que prevê o desconto de notas em razão de erros de linguística é, conforme entendimento consolidado do Conselho Nacional do Ministério Público, ilegal. O subitem 10.10.5, letra "b" prevê que: "b) a avaliação do domínio da modalidade escrita (N_{Pi}) totalizará o número de erros (N_{Ei}) do candidato, considerando-se aspectos de natureza linguística, tais como grafia, morfossintaxe, pontuação e propriedade vocabular, com pontuação máxima limitada ao valor de 0,24 ponto, e será calculada pela fórmula $N_{Pi} = 0,24 \times (0,12 \times N_{Ei} \div T_{Li})$, em que T_{Li} corresponde ao número de linhas efetivamente escritas pelo candidato na resposta à questão proposta;" A Resolução 14/2006 do CNMP possibilita a aplicação de provas sobre conhecimento de língua portuguesa, contudo, no Edital nº 1 MPSE não há aplicação de provas de português, mas tão somente de matérias jurídicas, conforme previsão contida no subitem 20.2 do edital de abertura do certame. De fato, o edital nº 1 de abertura do concurso público não traz, dentre os conhecimentos que serão objetos de avaliação (item 20.2), a matéria de língua portuguesa, logo, tal matéria não poderá ser objeto de avaliação tampouco, ensejar a redução de notas dos candidatos. O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) possui reiteradas decisões no sentido de que a fórmula de cálculo de notas que preveja a subtração de pontos em razão de erros de língua portuguesa é ilegal. Sobre o assunto, citam-se como exemplos, o PCA nº 1.00772/2020-93 que questionava a fórmula de desconto de língua portuguesa no concurso do MPCE, edital nº 1/2019, organizado por essa ilustre banca. Igualmente, julgando pela ilegalidade da fórmula de desconto por erros de língua portuguesa, tem-se a decisão proferida em 29/03/2022, nos PCAs nº 1.00099/2022-90 e nº 1.00102/2022-39 referentes ao concurso público do Ministério Público do Tocantins, organizado por esta banca examinadora e regido pelo edital nº 1/2021, os quais foram julgados procedentes e reconheceram a ilegalidade da referida fórmula. Ante o exposto, requer o impugnante a retificação do edital nº 1 para o fim de excluir a fórmula prevista no subitem 10.10.5, "b", de sorte que seja somente avaliado o conteúdo jurídico, sendo atribuída a integralidade da nota de 1,20 a letra "a" do item 10.10.5.

Resposta: indeferida. O domínio da modalidade escrita pode e deve ser avaliado em provas de concurso para ingresso na carreira de Promotor de Justiça, pois "a expressão do conteúdo não pode prescindir do vernáculo". O argumento de que o CNMP autoriza a realização de "prova de Português" em concurso para Promotor de Justiça, mas vedaria descontos por erros de português em questões subjetivas, quando não prevista prova específica de Português, está fundado na Resolução 14/2006: "Art. 16. O concurso constará de provas escritas, oral e de títulos. §1º As provas versarão exclusivamente sobre matérias jurídicas detalhadas no programa, facultando-se a aplicação de prova sobre conhecimento da língua portuguesa. (Alterada pela Resolução nº 24, de 03 de dezembro de 2007)".

Trata-se de argumentação falha, porque quem pode o mais, pode o menos. Se a Resolução autoriza que o edital preveja uma avaliação específica apenas para língua portuguesa, de forma nenhuma está vedando que, na falta desta, sejam observados, e valorados, os erros cometidos pelos candidatos referentes às regras da língua portuguesa. No Concurso para membros do Ministério Público do Piauí, o CNMP proferiu decisão (monocrática) favorável aos descontos dos erros de português (Procedimento de Controle Administrativo – PCA Nº 1.00295/2019-03) e, apenas com a decisão do STJ (RECURSO EM MANDADO DE

SEGURANÇA Nº 67363 - PI), monocrática, a regra do edital foi considerada nula, apenas em razão de "redução ilimitada de escores de conteúdo jurídico em razão de erros de ortografia", mesmo argumento adotado pelo STF no julgamento (monocrático) da SUSPENSÃO DE SEGURANÇA 5.332 (PIAUÍ). Logo, não há decisão judicial ou do CNMP que tenha proibido a própria avaliação do domínio da modalidade escrita durante a correção das provas discursivas.

Quanto à fórmula matemática para contagem de pontos decorrentes de erros da modalidade escrita, observa-se que, nas decisões do CNMP referentes aos editais de concurso do MP/CE e MP/TO, a fórmula prevista nos respectivos editais foi considerada ilegal porque, em ambos os casos, a redução de escores de conteúdo jurídico em razão de erros quanto ao uso do vernáculo era ilimitada. A fórmula adotada pelo CEBRASPE para o concurso do MPSE é inédita, não sendo a mesma adotada por qualquer dos concursos apontados pelo impugnante. A fórmula matemática dos outros concursos reduzia em 20% sobre da nota máxima prevista para a questão o que, embora em teoria parecesse razoável, na prática, se a nota do conteúdo jurídico do candidato fosse baixa e os erros de português muitos, os descontos chegavam a zerar a nota de conteúdo. Não é o que prevê o edital do Concurso para ingresso na carreira de Promotor de Justiça do Ministério Público de Sergipe. Ao contrário do que ocorreu nos editais do MP/TO e MP/CE, no concurso do MP/SE, as notas do domínio da modalidade escrita não se sobreporão às notas do conteúdo jurídico. As questões teóricas valerão 1,20 ponto, sendo 0,96 a nota máxima relativa ao conteúdo jurídico e 0,24 a nota máxima relativa ao domínio da modalidade escrita. Já as questões práticas valerão 4,00 pontos, sendo 3,20 a nota máxima relativa ao conteúdo jurídico e 0,80 a nota máxima relativa ao domínio da modalidade escrita. Ou seja, 80% da nota será atribuída ao conteúdo jurídico e 20% ao domínio da modalidade escrita. Dito de outro modo: a nota de domínio do conteúdo jurídico (Nci) foi fixada em 80% da nota máxima e a avaliação do domínio da modalidade escrita (Npi) foi fixada em 20% da nota máxima. Com essa proposta, o candidato que cometa muitos erros de português pode até zerar a nota de "avaliação do domínio da modalidade escrita", mas isso impactaria no máximo em 0,8 da nota total nas questões práticas e 0,24 nas teóricas. No mais, para zerar sua nota de "avaliação do domínio da modalidade escrita" devido a erros de português o candidato precisaria cometer uma média de 2 erros por cada linha escrita, pois a fórmula matemática tem uma nota de partida da qual são descontados o número de erros de "domínio da modalidade escrita", dividido pelo número de linhas e multiplicado por um "fator" que é 50% da nota máxima prevista para a nota de domínio da modalidade escrita.

O edital do MPSE afasta-se da fórmula matemática tida por draconiana usada em outros concursos (que permitiam zerar os acertos nas respostas ao conteúdo jurídico da questão pelos erros de português cometidos) ao tempo em que não é leniente com os erros quanto ao domínio da língua portuguesa. Em uma das impugnações sobre o tema, um candidato traz o seguinte exemplo com a finalidade de demonstrar que a fórmula matemática não seria isonômica: "O candidato A respondeu à questão 01 corretamente, e recebeu, a título de Nci, o total de 3,20. A título de Npi, o candidato escreveu 10 linhas, e cometeu 05 erros. Assim, sua nota Npi será: $0,8 - (0,4 \times 5 / 10) = 0,8 - 0,2 = 0,6$. O candidato A, que acertou integralmente o gabarito, e cometeu apenas 05 erros gramaticais, obteve a nota total de 3,8 (= 3,2 + 0,6). Já o candidato B respondeu à questão 01 parcialmente correta, e recebeu, a título de Nci, o total de 3,1. Já no que se refere à Npi, o candidato escreveu 24 linhas, e cometeu 06 erros. Sua nota Npi será: $0,8 - (0,4 \times 6 / 24) = 0,8 - 0,1 = 0,7$. Assim, o candidato B, que não acertou integralmente o gabarito, e cometeu 06 erros gramaticais, ficou com a pontuação total 3,8." Não se vislumbra qualquer incoerência ou imperfeição na aplicação da fórmula no exemplo acima. Afinal, os supostos candidatos, numa questão prática que deveriam escrever até 90 (noventa) linhas, escreveram 10 e 24, respectivamente. O impugnante, em sua fundamentação, restringindo-se a valores absolutos, enfatiza o fato de, ao final, os dois supostos candidatos ficarem com a mesma nota, embora um deles tenha cometido um erro de Português a mais, e tenha tido um desempenho de conteúdo menor (um décimo). Deixa de considerar, no entanto, que, em seu exemplo hipotético, um escreveu 10 linhas, e o outro, 24. Pelas regras da proporcionalidade, portanto, 5 erros em 10 linhas têm – e devem ter – impacto proporcionalmente maior do que 06 erros, em 24 linhas.

Por fim, a correção dos aspectos microestruturais tem por base as regras gramaticais estabelecidas pelas gramáticas normativas, não havendo espaço para discricionariedade, podendo o candidato insatisfeito interpor recurso específico contra cada erro indicado pela banca examinadora.

Sequencial: 11

Subitem: 3.12.2

Argumentação: O referido subitem prevê que será considerado atividade jurídica apenas os cursos lato sensu que tiverem, no mínimo, um ano de duração e carga horária total de 360 horas-aula, distribuídas semanalmente. Contudo, vários cursos de pós graduação lato sensu nível de especialização são ministrados por períodos de duração inferior a um ano e têm carga horária de 360 horas-aula ou até carga horária superior. Diante disso, a exigência do período mínimo de um ano fere a isonomia, uma vez que cursos com a mesma carga horária ou carga horária superior e devidamente reconhecidos pelo MEC não serão considerados. Candidatos que se dedicaram pela mesma quantidade de horas-aulas terão tratamento diferenciado em razão tão somente do tempo que levaram para a conclusão, sendo que os que levaram menos tempo serão prejudicados. Nesse sentido, impugna-se o edital a fim de que a exigência no referido subitem preveja tão somente a carga horária mínima de 360 horas-aula, o reconhecimento pelo MEC e que tenha sido cursado no Brasil, excluindo-se a exigência do período mínimo de um ano.

Resposta: indeferida. Há dois itens no edital que tratam de curso de pós-graduação lato sensu. Em um dos itens (alínea “c” da tabela constante do subitem 16.3) o curso é tratado na qualidade de “título” e não é exigido que tenha tido duração de um ano de acordo com as considerações mencionadas acima. No entanto, no subitem, o curso de pós-graduação lato sensu é considerado como “experiência jurídica” e, neste, caso, a exigência de que o curso tenha tido um ano de duração foi feita em atenção à Resolução nº 40/2009, parágrafo segundo, do artigo segundo do CNMP (Art. 2º Também serão considerados atividade jurídica, desde que integralmente concluídos com aprovação, os cursos de pós-graduação em Direito ministrados pelas Escolas do Ministério Público, da Magistratura e da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como os cursos de pós-graduação reconhecidos, autorizados ou supervisionados pelo Ministério da Educação ou pelo órgão competente. § 2º Os cursos lato sensu compreendidos no caput deste artigo deverão ter, no mínimo, um ano de duração e carga horária total de 360 horas-aulas, distribuídas semanalmente.). Assim, não é possível acolher a impugnação pois ela refere-se ao subitem 3.12.2, que trata de “experiência jurídica”, tendo o edital seguido normativa do CNMP da qual não deve se afastar.

Sequencial: 12

Subitem: 10.10.6, alínea "b"

Argumentação: O subitem ora questionado dispõe sobre a aplicação de fórmula matemática, para fins de desconto de pontuação em decorrência de erros gramaticais. No entanto, um dos critérios adotados na referida fórmula é o número de linhas escritas pelo candidato, de forma que quanto maior o número de linhas escritas, menor será o desconto. Trata-se de critério que permite que aspectos microestruturas do texto sejam avaliados em detrimento do domínio do conhecimento jurídico, o que não condiz com a finalidade dos concursos para seleção de membros do Ministério Público. Observe-se, a título de exemplo: O candidato A respondeu à questão 01 corretamente, e recebeu, a título de NCi, o total de 3,20. A título de NPi, o candidato escreveu 10 linhas, e cometeu 05 erros. Assim, sua nota NPi será: $0,8 - (0,4 \times 5 / 10) = 0,8 - 0,2 = 0,6$. O candidato A, que acertou integralmente o gabarito, e cometeu apenas 05 erros gramaticais, obteve a nota total de 3,8 (= 3,2 + 0,6).. Já o candidato B respondeu à questão 01 parcialmente correta, e recebeu, a título de NCi, o total de 3,1. Já no que se refere à NPi, o candidato escreveu 24 linhas, e cometeu 06 erros. Sua nota NPi será: $0,8 - (0,4 \times 6 / 24) = 0,8 - 0,1 = 0,7$. Assim, o candidato B, que não acertou integralmente o gabarito, e cometeu 06 erros gramaticais, ficou com a pontuação total 3,8. Ou seja, igual ao candidato A, que acertou integralmente o gabarito, e cometeu menos erros de português. Sabe-se que a pontuação mínima de 0,01, por vezes, é o que define a

aprovação ou reprovação de um candidato. Assim, o uso da fórmula, levando em conta o número de linhas, ou outros critérios microestruturais do texto, ofende a isonomia do concurso. Ressalte-se que o conhecimento da língua portuguesa, e outros critérios relacionados à escrita do candidato, podem e devem ser considerados na pontuação. No entanto tal deve se dar de forma isonômica, e não por meio de fórmula matemática, que considera como preponderantes critérios completamente alheios ao conhecimento jurídico do candidato. Observe-se, por fim, que a Resolução CNMP nº 14/2006 possibilita a aplicação de prova sobre conhecimento da língua portuguesa. Esse, porém, não é o caso dos autos, pois o edital prevê somente matérias jurídicas. Ante todo o exposto, requer seja revogado o item 10.10.6, alínea "b" do Edital, que dispõe sobre a aplicação da fórmula matemática para desconto de pontuação por erros gramaticais.

Resposta: indeferida. O domínio da modalidade escrita pode e deve ser avaliado em provas de concurso para ingresso na carreira de Promotor de Justiça, pois “a expressão do conteúdo não pode prescindir do vernáculo”. O argumento de que o CNMP autoriza a realização de “prova de Português” em concurso para Promotor de Justiça, mas vedaria descontos por erros de português em questões subjetivas, quando não prevista prova específica de Português, está fundado na Resolução 14/2006: “Art. 16. O concurso constará de provas escritas, oral e de títulos. §1º As provas versarão exclusivamente sobre matérias jurídicas detalhadas no programa, facultando-se a aplicação de prova sobre conhecimento da língua portuguesa. (Alterada pela Resolução nº 24, de 03 de dezembro de 2007)”.

Trata-se de argumentação falha, porque quem pode o mais, pode o menos. Se a Resolução autoriza que o edital preveja uma avaliação específica apenas para língua portuguesa, de forma nenhuma está vedando que, na falta desta, sejam observados, e valorados, os erros cometidos pelos candidatos referentes às regras da língua portuguesa. No Concurso para membros do Ministério Público do Piauí, o CNMP proferiu decisão (monocrática) favorável aos descontos dos erros de português (Procedimento de Controle Administrativo – PCA Nº 1.00295/2019-03) e, apenas com a decisão do STJ (RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 67363 - PI), monocrática, a regra do edital foi considerada nula, apenas em razão de "redução ilimitada de escores de conteúdo jurídico em razão de erros de ortografia", mesmo argumento adotado pelo STF no julgamento (monocrático) da SUSPENSÃO DE SEGURANÇA 5.332 (PIAUI). Logo, não há decisão judicial ou do CNMP que tenha proibido a própria avaliação do domínio da modalidade escrita durante a correção das provas discursivas.

Quanto à fórmula matemática para contagem de pontos decorrentes de erros da modalidade escrita, observa-se que, nas decisões do CNMP referentes aos editais de concurso do MP/CE e MP/TO, a fórmula prevista nos respectivos editais foi considerada ilegal porque, em ambos os casos, a redução de escores de conteúdo jurídico em razão de erros quanto ao uso do vernáculo era ilimitada. A fórmula adotada pelo CEBRASPE para o concurso do MPSE é inédita, não sendo a mesma adotada por qualquer dos concursos apontados pelo impugnante. A fórmula matemática dos outros concursos reduzia em 20% sobre da nota máxima prevista para a questão o que, embora em teoria parecesse razoável, na prática, se a nota do conteúdo jurídico do candidato fosse baixa e os erros de português muitos, os descontos chegavam a zerar a nota de conteúdo. Não é o que prevê o edital do Concurso para ingresso na carreira de Promotor de Justiça do Ministério Público de Sergipe. Ao contrário do que ocorreu nos editais do MP/TO e MP/CE, no concurso do MP/SE, as notas do domínio da modalidade escrita não se sobreporão às notas do conteúdo jurídico. As questões teóricas valerão 1,20 ponto, sendo 0,96 a nota máxima relativa ao conteúdo jurídico e 0,24 a nota máxima relativa ao domínio da modalidade escrita. Já as questões práticas valerão 4,00 pontos, sendo 3,20 a nota máxima relativa ao conteúdo jurídico e 0,80 a nota máxima relativa ao domínio da modalidade escrita. Ou seja, 80% da nota será atribuída ao conteúdo jurídico e 20% ao domínio da modalidade escrita. Dito de outro modo: a nota de domínio do conteúdo jurídico (Nci) foi fixada em 80% da nota máxima e a avaliação do domínio da modalidade escrita (Npi) foi fixada em 20% da nota máxima. Com essa proposta, o candidato que cometa muitos erros de português pode até zerar a nota de “avaliação do domínio da modalidade escrita”, mas isso impactaria no máximo em 0,8 da nota total nas questões práticas e 0,24 nas teóricas. No mais, para zerar sua nota de “avaliação do domínio da

modalidade escrita” devido a erros de português o candidato precisaria cometer uma média de 2 erros por cada linha escrita, pois a fórmula matemática tem uma nota de partida da qual são descontados o número de erros de “domínio da modalidade escrita”, dividido pelo número de linhas e multiplicado por um “fator” que é 50% da nota máxima prevista para a nota de domínio da modalidade escrita.

O edital do MPSE afasta-se da fórmula matemática tida por draconiana usada em outros concursos (que permitiam zerar os acertos nas respostas ao conteúdo jurídico da questão pelos erros de português cometidos) ao tempo em que não é leniente com os erros quanto ao domínio da língua portuguesa. Em uma das impugnações sobre o tema, um candidato traz o seguinte exemplo com a finalidade de demonstrar que a fórmula matemática não seria isonômica: “O candidato A respondeu à questão 01 corretamente, e recebeu, a título de NCi, o total de 3,20. A título de NPi, o candidato escreveu 10 linhas, e cometeu 05 erros. Assim, sua nota NPi será: $0,8 - (0,4 \times 5 / 10) = 0,8 - 0,2 = 0,6$. O candidato A, que acertou integralmente o gabarito, e cometeu apenas 05 erros gramaticais, obteve a nota total de 3,8 (= 3,2 + 0,6). Já o candidato B respondeu à questão 01 parcialmente correta, e recebeu, a título de NCi, o total de 3,1. Já no que se refere à NPi, o candidato escreveu 24 linhas, e cometeu 06 erros. Sua nota NPi será: $0,8 - (0,4 \times 6 / 24) = 0,8 - 0,1 = 0,7$. Assim, o candidato B, que não acertou integralmente o gabarito, e cometeu 06 erros gramaticais, ficou com a pontuação total 3,8.”. Não se vislumbra qualquer incoerência ou imperfeição na aplicação da fórmula no exemplo acima. Afinal, os supostos candidatos, numa questão prática que deveriam escrever até 90 (noventa) linhas, escreveram 10 e 24, respectivamente. O impugnante, em sua fundamentação, restringindo-se a valores absolutos, enfatiza o fato de, ao final, os dois supostos candidatos ficarem com a mesma nota, embora um deles tenha cometido um erro de Português a mais, e tenha tido um desempenho de conteúdo menor (um décimo). Deixa de considerar, no entanto, que, em seu exemplo hipotético, um escreveu 10 linhas, e o outro, 24. Pelas regras da proporcionalidade, portanto, 5 erros em 10 linhas têm – e devem ter – impacto proporcionalmente maior do que 06 erros, em 24 linhas.

Por fim, a correção dos aspectos microestruturais tem por base as regras gramaticais estabelecidas pelas gramáticas normativas, não havendo espaço para discricionariedade, podendo o candidato insatisfeito interpor recurso específico contra cada erro indicado pela banca examinadora.

Sequencial: 13

Subitem: 10.10.5, alínea "b"

Argumentação: O subitem ora questionado dispõe sobre a aplicação de fórmula matemática, para fins de desconto de pontuação em decorrência de erros gramaticais. No entanto, um dos critérios adotados na referida fórmula é o número de linhas escritas pelo candidato, de forma que quanto maior o número de linhas escritas, menor será o desconto. Trata-se de critério que permite que aspectos microestruturas do texto sejam avaliados em detrimento do domínio do conhecimento jurídico, o que não condiz com a finalidade dos concursos para seleção de membros do Ministério Público. Observe-se, a título de exemplo: O candidato A respondeu à questão 01 corretamente, e recebeu, a título de NCi, o total de 0,96. A título de NPi, o candidato escreveu 10 linhas, e cometeu 05 erros. Assim, sua nota NPi será: $0,24 - (0,12 \times 5 / 10) = 0,24 - 0,06 = 0,18$. O candidato A, que acertou integralmente o gabarito, e cometeu apenas 05 erros gramaticais, obteve a nota total de 1,14. Já o candidato B respondeu à questão 01 parcialmente correta, e recebeu, a título de NCi, o total de 0,95. Já no que se refere à NPi, o candidato escreveu 20 linhas, e cometeu 06 erros. Sua nota NPi será: $0,24 - (0,12 \times 6 / 20) = 0,24 - 0,036 = 0,204$. Assim, o candidato B, que não acertou integralmente o gabarito, e cometeu 06 erros gramaticais, ficou com a pontuação total 1,154. Ou seja, maior que o candidato A, que acertou integralmente o gabarito, e cometeu menos erros de português. Sabe-se que a pontuação mínima de 0,01, por vezes, é o que define a aprovação ou reprovação de um candidato. Assim, o uso da fórmula, levando em conta o número de linhas, ou outros critérios estruturais do texto, ofende a isonomia do concurso. Ressalte-se que o conhecimento da língua portuguesa, e outros critérios relacionados à escrita do candidato, podem e devem ser considerados na pontuação. No entanto tal deve se dar de forma isonômica, e não por meio de fórmula matemática, que

considera como preponderantes critérios completamente alheios ao conhecimento jurídico do candidato. Observe-se, por fim, que a Resolução CNMP nº 14/2006 possibilita a aplicação de prova sobre conhecimento da língua portuguesa. Esse, porém, não é o caso dos autos, pois edital prevê somente matérias jurídicas. Ante todo o exposto, requer seja revogado o item 10.10.5, alínea "b" do Edital, que dispõe sobre a aplicação da fórmula matemática para desconto de pontuação por erros gramaticais.

Resposta: indeferida. O domínio da modalidade escrita pode e deve ser avaliado em provas de concurso para ingresso na carreira de Promotor de Justiça, pois “a expressão do conteúdo não pode prescindir do vernáculo”. O argumento de que o CNMP autoriza a realização de “prova de Português” em concurso para Promotor de Justiça, mas vedaria descontos por erros de português em questões subjetivas, quando não prevista prova específica de Português, está fundado na Resolução 14/2006: “Art. 16. O concurso constará de provas escritas, oral e de títulos. §1º As provas versarão exclusivamente sobre matérias jurídicas detalhadas no programa, facultando-se a aplicação de prova sobre conhecimento da língua portuguesa. (Alterada pela Resolução nº 24, de 03 de dezembro de 2007)”.

Trata-se de argumentação falha, porque quem pode o mais, pode o menos. Se a Resolução autoriza que o edital preveja uma avaliação específica apenas para língua portuguesa, de forma nenhuma está vedando que, na falta desta, sejam observados, e valorados, os erros cometidos pelos candidatos referentes às regras da língua portuguesa. No Concurso para membros do Ministério Público do Piauí, o CNMP proferiu decisão (monocrática) favorável aos descontos dos erros de português (Procedimento de Controle Administrativo – PCA Nº 1.00295/2019-03) e, apenas com a decisão do STJ (RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 67363 - PI), monocrática, a regra do edital foi considerada nula, apenas em razão de "redução ilimitada de escores de conteúdo jurídico em razão de erros de ortografia", mesmo argumento adotado pelo STF no julgamento (monocrático) da SUSPENSÃO DE SEGURANÇA 5.332 (PIAUI). Logo, não há decisão judicial ou do CNMP que tenha proibido a própria avaliação do domínio da modalidade escrita durante a correção das provas discursivas.

Quanto à fórmula matemática para contagem de pontos decorrentes de erros da modalidade escrita, observa-se que, nas decisões do CNMP referentes aos editais de concurso do MP/CE e MP/TO, a fórmula prevista nos respectivos editais foi considerada ilegal porque, em ambos os casos, a redução de escores de conteúdo jurídico em razão de erros quanto ao uso do vernáculo era ilimitada. A fórmula adotada pelo CEBRASPE para o concurso do MPSE é inédita, não sendo a mesma adotada por qualquer dos concursos apontados pelo impugnante. A fórmula matemática dos outros concursos reduzia em 20% sobre da nota máxima prevista para a questão o que, embora em teoria parecesse razoável, na prática, se a nota do conteúdo jurídico do candidato fosse baixa e os erros de português muitos, os descontos chegavam a zerar a nota de conteúdo. Não é o que prevê o edital do Concurso para ingresso na carreira de Promotor de Justiça do Ministério Público de Sergipe. Ao contrário do que ocorreu nos editais do MP/TO e MP/CE, no concurso do MP/SE, as notas do domínio da modalidade escrita não se sobreporão às notas do conteúdo jurídico. As questões teóricas valerão 1,20 ponto, sendo 0,96 a nota máxima relativa ao conteúdo jurídico e 0,24 a nota máxima relativa ao domínio da modalidade escrita. Já as questões práticas valerão 4,00 pontos, sendo 3,20 a nota máxima relativa ao conteúdo jurídico e 0,80 a nota máxima relativa ao domínio da modalidade escrita. Ou seja, 80% da nota será atribuída ao conteúdo jurídico e 20% ao domínio da modalidade escrita. Dito de outro modo: a nota de domínio do conteúdo jurídico (Nci) foi fixada em 80% da nota máxima e a avaliação do domínio da modalidade escrita (Npi) foi fixada em 20% da nota máxima. Com essa proposta, o candidato que cometa muitos erros de português pode até zerar a nota de “avaliação do domínio da modalidade escrita”, mas isso impactaria no máximo em 0,8 da nota total nas questões práticas e 0,24 nas teóricas. No mais, para zerar sua nota de “avaliação do domínio da modalidade escrita” devido a erros de português o candidato precisaria cometer uma média de 2 erros por cada linha escrita, pois a fórmula matemática tem uma nota de partida da qual são descontados o número de erros de “domínio da modalidade escrita”, dividido pelo número de linhas e multiplicado por um “fator” que é 50% da nota máxima prevista para a nota de domínio da modalidade escrita.

O edital do MPSE afasta-se da fórmula matemática tida por draconiana usada em outros concursos (que permitiam zerar os acertos nas respostas ao conteúdo jurídico da questão pelos erros de português cometidos) ao tempo em que não é leniente com os erros quanto ao domínio da língua portuguesa. Em uma das impugnações sobre o tema, um candidato traz o seguinte exemplo com a finalidade de demonstrar que a fórmula matemática não seria isonômica: “O candidato A respondeu à questão 01 corretamente, e recebeu, a título de N_{Ci}, o total de 3,20. A título de N_{Pi}, o candidato escreveu 10 linhas, e cometeu 05 erros. Assim, sua nota N_{Pi} será: $0,8 - (0,4 \times 5 / 10) = 0,8 - 0,2 = 0,6$. O candidato A, que acertou integralmente o gabarito, e cometeu apenas 05 erros gramaticais, obteve a nota total de 3,8 (= 3,2 + 0,6). Já o candidato B respondeu à questão 01 parcialmente correta, e recebeu, a título de N_{Ci}, o total de 3,1. Já no que se refere à N_{Pi}, o candidato escreveu 24 linhas, e cometeu 06 erros. Sua nota N_{Pi} será: $0,8 - (0,4 \times 6 / 24) = 0,8 - 0,1 = 0,7$. Assim, o candidato B, que não acertou integralmente o gabarito, e cometeu 06 erros gramaticais, ficou com a pontuação total 3,8.” Não se vislumbra qualquer incoerência ou imperfeição na aplicação da fórmula no exemplo acima. Afinal, os supostos candidatos, numa questão prática que deveriam escrever até 90 (noventa) linhas, escreveram 10 e 24, respectivamente. O impugnante, em sua fundamentação, restringindo-se a valores absolutos, enfatiza o fato de, ao final, os dois supostos candidatos ficarem com a mesma nota, embora um deles tenha cometido um erro de Português a mais, e tenha tido um desempenho de conteúdo menor (um décimo). Deixa de considerar, no entanto, que, em seu exemplo hipotético, um escreveu 10 linhas, e o outro, 24. Pelas regras da proporcionalidade, portanto, 5 erros em 10 linhas têm – e devem ter – impacto proporcionalmente maior do que 06 erros, em 24 linhas.

Por fim, a correção dos aspectos microestruturais tem por base as regras gramaticais estabelecidas pelas gramáticas normativas, não havendo espaço para discricionariedade, podendo o candidato insatisfeito interpor recurso específico contra cada erro indicado pela banca examinadora.

Sequencial: 14

Subitem: 20.2/ 20.2.1

Argumentação: Na parte do conteúdo de TUTELA DOS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS, consta no final do item 2.1, "Legislação ambiental, de parcelamento do solo e da cidade". Considerando que o termo legislação ambiental vem seguido de vírgula, subentende-se que se refere a algo separado/distinto da legislação de parcelamento do solo e da cidade (senão seria "legislação ambiental de parcelamento do solo e da cidade"- sem vírgula). Logo, tendo em vista que o termo "legislação ambiental" é genérico, requer esta candidata esclarecimento quanto ao referido termo: se ele é referente a todas as leis ambientais vigentes (englobando toda e qualquer lei ambiental) ou se a referência é apenas a algumas leis ambientais. Sendo o caso desta última opção, requer que sejam especificadas as leis ambientais que farão parte do edital e que poderão ser objeto de cobrança na prova.

Resposta: deferida. O termo “legislação ambiental” de fato é genérico, motivo pelo qual o edital será retificado para quais as leis ambientais, especificadamente, poderão ser objeto das avaliações do concurso, passando a constar o seguinte rol de leis ambientais.: - Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001 e suas alterações); - Código Florestal (Lei nº 12.651/2012 e suas alterações); - Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98 e suas alterações); - Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81 e suas alterações); - Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97 e suas alterações); - Agrotóxicos (Lei nº 7.802/89 e suas alterações); - Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10 e suas alterações); - Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/79 e suas alterações); - Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/20 e suas alterações); - Licenciamento Ambiental (Lei Estadual nº 8.497/2018 e Lei nº 6.938/81); - Área de preservação permanente, de uso restrito e reserva legal (Lei nº 12.651/2012); - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985/00 e suas alterações); - Regularização fundiária de assentamentos urbanos (Lei nº 11.977/2009 e suas alterações).”

Sequencial: 15

Subitem: 9.1 - Data da prova preambular

Argumentação: Boa noite. Em verdade, trata-se de sugestão de alteração da data das provas objetivas, tendo em vista a realização de concurso para o Cargo de Delegado de Polícia, no vizinho estado da Bahia, com provas já agendadas para a mesma data. (24/07/2022).

Resposta: indeferido. O Ministério Público tem autonomia e discricionariedade para decidir sobre as datas de realização das provas de seus exames. Sem razão de ser a impugnação que pede alteração de data da prova preambular para que não coincida com a prova de Delegado da Polícia Civil do Estado da Bahia, observado, ainda, que o edital do Ministério Público foi publicado anteriormente ao da PC/BA.

Sequencial: 16

Subitem: 5.2

Argumentação: O tópico 5.2 traz o seguinte: "Deve, ainda, conter a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM), na forma do subitem 5.2.1 deste edital e conforme modelo disponível no Anexo II deste edital." Todavia, o próprio edital menciona que a imagem do laudo médico pode ser emitida no máximo de 180 dias anteriores à data de publicação do edital. Desta forma, como será possível usar o modelo do Anexo II do certame se há uma regra que permite a utilização de um laudo com data anterior ao edital? Não há sentido em colocar um prazo de 180 dias e, ao mesmo tempo, exigir que seja do modelo definido no edital, uma vez que o laudo emitido pelo médico antes do prazo do edital vai ser diferente do modelo que foi expresso no edital. Diante do exposto, requer seja permitida a alteração e aplicação da forma mais benéfica e coerente, qual seja, a utilização do laudo médico existente sem a necessidade de certas formalidades, desde que esteja dentro do prazo estabelecido.

Resposta: indeferido. O anexo II mostra um modelo, apenas como referência. O modelo apresenta as informações que devem constar no laudo a ser apresentado, no entanto não é obrigatório ou exigido que o laudo apresentado seja o constante no anexo II. Qualquer modelo, em que conste todas as informações exigidas, será aceito.

Sequencial: 17

Subitem: 20.2.1

Argumentação: Na matéria "LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO" consta no item 8, "Lei Complementar Estadual nº 03/1990", porém não há nenhuma lei complementar estadual com tal número referente ao Ministério Público do Estado de Sergipe. Solicita a candidata o esclarecimento quanto à referida lei. Outrossim, no conteúdo da matéria de Direitos Humanos consta no item 1.13, "Direitos da população LGBTQIA+ (Resolução CNJ nº 248/2020)", todavia a resolução do CNJ correlata ao tema é a de nº 348/2020. Diante do exposto, requer a candidata a correção do nº da resolução.

Resposta: deferida. Deve ser corrigido o erro de digitação referente à Resolução do CNMP (que deve passar a ser nº 348/2020) e deve ser extirpada a referência à Lei Complementar Estadual no 03/1990 da matéria "legislação institucional" (pois, embora a mesma guarde relação com o MPSE, pois trata do controle externo da atividade policial e, inclusive, consta da aba "atos e normas" no site do MPSE, encontra-se desatualizada).

Sequencial: 18

Subitem: Anexo I

Argumentação: Estão corretas as datas referentes à "Divulgação dos gabaritos preliminares da prova preambular" e de "Prazo para a interposição de recursos quanto aos gabaritos oficiais preliminares da prova preambular divulgados"? Conforme edital, o prazo para interposição de recurso abre pelo menos 33 horas antes da divulgação dos gabaritos.

Resposta: deferido. O edital será retificado para corrigir o erro material.

Sequencial: 19

Subitem: 10.10.5 e 10.10.6

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA Itens impugnados: 10.10.5 e 10.10.6 Pontos-chave: “Nulidade da fórmula do português constante no item 10.10.5 do edital, nos termos do que já foi reconhecido pelo CNJ e pelo CNMP e em recente decisão do STJ. Principais precedentes (todos em anexo): “ STJ: Recurso em MS nº 67363 “ PI (2021/0290795-4), de 24/03/2022. “ CNJ: Procedimentos de Controle Administrativo nº 0009868-02.2018.2.00.0000, 0010023-05.2018.2.00.0000 e 0010056-92.2018.2.00.0000, de 12/12/2018. “ CNMP: Procedimentos de Controle Administrativo nº 1.00772/2020-93, de 09/11/2020. DO MÉRITO “ Da ilegalidade da fórmula do português adotada. Decisões do CNJ, CNMP e do STJ. A mencionada fórmula do português padece de grave vício de legalidade, tendo em vista seu caráter desproporcional, somado a ausência de transparência acerca dos critérios adotados na correção, que, além de excessivos, não derivam de qualquer previsão editalícia. A ilegalidade é tão flagrante que a própria CEBRASPE, por meio do Ofício Cebraspe nº 1.150/2022, de 3 de março de 2022, no recente concurso da Defensoria Pública do Pará, reconhece que tal fórmula já foi, inclusive abolida dos concursos de Magistratura e Ministério Público, em virtude do reconhecimento de tal ilegalidade pelo CNJ e CNMP: Quanto ao cálculo na parte da avaliação linguística das fórmulas de correção das provas discursivas de concursos públicos, especialmente em concursos da Magistratura e do Ministério Público, os candidatos têm impugnado cada vez mais essas fórmulas perante o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e têm obtido decisão favorável para retificar as fórmulas impugnadas, para que seja levado em consideração somente o domínio de conteúdo jurídico (NCi). Desse modo, o Cebraspe entende que, em virtude das decisões proferidas pelo CNMP e pelo CNJ relativas aos concursos públicos da Magistratura e do Ministério Público, e tendo em vista a similaridade das fórmulas utilizadas na correção das provas discursivas, seria possível, por analogia, não utilizar as fórmulas de correção das provas escritas prático-discursivas, deixando-se de realizar a avaliação de Língua Portuguesa nos moldes em que estabelecido, por exemplo, nos subitens 9.8.5, alínea “e” e 9.8.6, alínea “e” do edital de abertura em comento, para que seja levado em consideração somente o domínio do conteúdo jurídico (Nci). Destaque-se a fórmula utilizada no concurso para ingresso na carreira da Defensoria Pública do Estado do Pará É IDÊNTICA à declarada ilegítima pelo Conselho Nacional de Justiça em dois processos administrativos: PCA nºs 0010023-05.2018.2.00.0000 e 0010056-92.2018.2.00.0000. O CNJ, por fim, entendeu que a fórmula vai de encontro ao próprio conceito estabelecido no edital, constituindo um vício de finalidade passível de comprometer o próprio resultado esperado pela realização do Concurso Público a saber: PROCEDIMENTOS DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA. INSERÇÃO DE FÓRMULA MATEMÁTICA PARA REDUÇÃO DE ESCORES DE CONTEÚDO JURÍDICO. REGRA DRACONIANA. ILEGALIDADE E IRRAZOABILIDADE. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO AO DIREITO DE DEFESA QUANDO DA DIVULGAÇÃO DE NOTAS. NÃO OCORRÊNCIA. (¶) II “ A fórmula matemática, inédita em concursos para ingresso na Magistratura, que foi utilizada pelo TJCE para avaliação do domínio da língua culta por meio de redução de escores de conteúdo jurídico é draconiana e possui vício de finalidade porquanto permite que haja preponderância do critério da norma culta sobre os demais e, em muitos casos, até a verdadeira desconsideração do critério jurídico. III “ Muito embora tenham competência para definir os critérios de aplicação e de aferição da prova discursiva, os Tribunais devem desenvolver sua atividade em atenção à lei, nos limites dela e para a consecução dos fins nela previstos e, mesmo no exercício da discricionariedade, devem agir de modo razoável e guiados pelo senso de justiça, com vistas a atingir a finalidade desejada. IV “ A intervenção deste Conselho é imperiosa, haja vista a flagrante ofensa aos princípios da legalidade, razoabilidade e finalidade, que causou efetivo prejuízo aos candidatos, só constatado com a aplicação concreta da fórmula. Precedentes. (¶) (grifos nossos) Há de se destacar, ainda, decisão recente de 21 de fevereiro de 2022, proferida nos autos do processo nº 1.00102/2022-39

(em conjunto com o PCA 1.00099/2022- 90), na qual o CNMP assim decidiu quanto à correção das provas discursivas do concurso público para o cargo de promotor de Justiça do Estado do Tocantins, certame também organizado pela CEBRASPE: 30. Em sendo assim, a prevalecer essa regra editalícia, admitir-se-á que aspectos microestruturais do texto sejam avaliados em detrimento do domínio do conhecimento jurídico, como o emprego equivocado ou a ausência dos acentos diferenciais de certas formas verbais ou ainda a ausência de vírgula nos casos em que essa pontuação seja necessária, o que aparentemente não condiz com a finalidade dos concursos para seleção de membros do Ministério Público. (â€¦) Ante o exposto, DEFIRO a tutela provisória para determinar que o Ministério Público do Estado do Tocantins, ao corrigir as provas discursivas dos candidatos submetidos ao concurso público regido pelo Edital nº 1/2021, leve em consideração somente o domínio do conteúdo jurídico (NCi). Em igual sentido também foi o entendimento do CNMP no recente caso do concurso público para o Ministério Público do Ceará, no PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 1.00772/2020-93. 30. O órgão ministerial, ao criar fórmula que pune 2 vezes o candidato por um mesmo erro gramatical, subverte a lógica de se selecionarem candidatos que melhor apresentem domínio do conteúdo jurídico previsto no edital do certame. Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para determinar que o Ministério Público do Estado do Ceará, ao corrigir as provas discursivas dos candidatos, leve em consideração somente o domínio do conteúdo jurídico (NCi). Desta forma, o CNMP e o CNJ já firmaram posição no sentido da impossibilidade de utilização da referida fórmula do português em concursos das carreiras de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público. O STJ, por sua vez, em 24/03/2022, no julgamento de recurso ordinário se pronunciou pela primeira vez acerca do tema, em julgamento que trata do concurso público para provimento de cargo de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí, com decisão em igual sentido. Vejamos: Depreende-se das regras editalícias (fls. 51/52e) que o método de apuração das notas estabelecido pela banca organizadora baseou-se em desconto de escores em função da quantidade de erros por linha cometidos em relação a grafia, morfossintaxe, propriedade vocabular, pontuação, dentre outros aspectos. Assim, eventuais desconformidades à norma culta do idioma, ao invés de figurar como um componente aditivo do resultado, o que é comum em certames, implicou o cancelamento dos acertos quanto ao conteúdo das peças processuais e dissertações. Não se ignora a imprescindibilidade do bom uso da linguagem aos agentes públicos, em particular no exercício das atribuições dos membros do Ministério Público ou do Poder Judiciário. Entretanto, a Administração Pública não deve desbordar da finalidade do processo seletivo, mediante a adoção de critérios que venham a prejudicar o desempenho dos candidatos, na avaliação de conhecimentos. (STJ. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 67363 â€” PI. RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES. Julgado em 24 de março de 2022. O inteiro teor da decisão do STJ, de relatoria da Ministra Assusete Magalhães encontra-se em anexo. Tal decisão toma por base exatamente os entendimentos firmados pelo CNJ e CNMP, já acima analisados. DO MÉRITO â€” Da existência de dupla penalização. O item 10.10.5 traz uma dupla penalização pelos erros de português. Além disso, a fórmula permite o desconto dos erros de domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa da nota obtida relativa ao domínio do conteúdo dos temas jurídicos abordados. Tratam-se, portanto, de disposições incompatíveis, uma vez que acabam por punir em duplicidade os supostos erros de escrita. Além disso, a fórmula do português permite a redução dos pontos obtidos pelos conhecimentos técnico-jurídico. Nas palavras do presidente da comissão do recente concurso da Defensoria Pública do Pará: Com todo respeito, a avaliação da norma culta não deve prejudicar a avaliação do domínio do conteúdo dos temas jurídicos abordados. A fórmula em questão, ao fim e ao cabo, acaba permitindo que aspectos de natureza linguística (forma) sem considerável relevância da estrutura da norma culta, como emprego equivocado ou ausência de assentos, ausência de pontos ou vírgulas em casos que a pontuação seja necessária, prejudiquem aspectos de conhecimento jurídico efetivamente demonstrados pelos candidatos. O domínio da norma culta é relevante, mas a fórmula em questão não distingue erros de norma culta graves dos erros sem gravidade, prejudicando sobremaneira os pontos obtidos pelos conhecimentos técnico-jurídico, o que não se pode permitir. Em outros termos, as fórmulas (01) $NQDi = NCi \times 2 \times NEi \div TLi$ e (02) $NPTi = NCi \times 10 \times NEi \div TLi$ permitem a diminuição pontos obtidos

pelos conhecimentos técnico-jurídico, contrariando substancialmente o disposto no subitem 9.8.4 do Edital nº 1/2021 - DPE/PA. DO MÉRITO “ Da ausência de previsão editalícia dos critérios de correção do português. É necessário destacar que o edital do concurso não traz de forma expressa os critérios de correção da língua portuguesa. Não faz, ainda, qualquer referência a eventual normatização aplicável. Na prática, em certames anteriores, a CEBRASPE realizou correções com excessiva discricionariedade, penalizando candidatos por sem importância, tais como pequenas rasuras, ausência de vírgulas facultativas e ausência de espaço no início de parágrafos. Não existe um manual da CEBRASPE, acessível ao público, indicando claramente quais serão os critérios adotados na correção, de tal forma que o candidato se baseia unicamente na experiência de concursos anteriores, que por muitas vezes é frustrada pela discricionariedade do examinador. Ademais, os critérios de correção, conforme já demonstrados, são draconianos e excessivamente formalistas, não acrescentando em nada na seleção dos melhores candidatos. CONCLUSÃO Pelo exposto, requer a exclusão do item 10.10.5e revisão do item 10.10.6 do edital , com: a) a consequente exclusiva avaliação dos candidatos em virtude do conteúdo jurídico abordado, especialmente face a ausência de previsão específica no edital acerca dos critérios adotados na correção do português e da ausência de um manual da CEBRASPE indicando claramente quais serão os critérios adotados na correção. b) a exclusão da fórmula do português, que permite a redução da nota obtida relativa ao domínio do conteúdo dos temas jurídicos abordados em virtude de erros de português.

Resposta: indeferida. O domínio da modalidade escrita pode e deve ser avaliado em provas de concurso para ingresso na carreira de Promotor de Justiça, pois “a expressão do conteúdo não pode prescindir do vernáculo”. O argumento de que o CNMP autoriza a realização de “prova de Português” em concurso para Promotor de Justiça, mas vedaria descontos por erros de português em questões subjetivas, quando não prevista prova específica de Português, está fundado na Resolução 14/2006: “Art. 16. O concurso constará de provas escritas, oral e de títulos. §1º As provas versarão exclusivamente sobre matérias jurídicas detalhadas no programa, facultando-se a aplicação de prova sobre conhecimento da língua portuguesa. (Alterada pela Resolução nº 24, de 03 de dezembro de 2007)”.

Trata-se de argumentação falha, porque quem pode o mais, pode o menos. Se a Resolução autoriza que o edital preveja uma avaliação específica apenas para língua portuguesa, de forma nenhuma está vedando que, na falta desta, sejam observados, e valorados, os erros cometidos pelos candidatos referentes às regras da língua portuguesa. No Concurso para membros do Ministério Público do Piauí, o CNMP proferiu decisão (monocrática) favorável aos descontos dos erros de português (Procedimento de Controle Administrativo – PCA Nº 1.00295/2019-03) e, apenas com a decisão do STJ (RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 67363 - PI), monocrática, a regra do edital foi considerada nula, apenas em razão de "redução ilimitada de escores de conteúdo jurídico em razão de erros de ortografia", mesmo argumento adotado pelo STF no julgamento (monocrático) da SUSPENSÃO DE SEGURANÇA 5.332 (PIAUI). Logo, não há decisão judicial ou do CNMP que tenha proibido a própria avaliação do domínio da modalidade escrita durante a correção das provas discursivas.

Quanto à fórmula matemática para contagem de pontos decorrentes de erros da modalidade escrita, observa-se que, nas decisões do CNMP referentes aos editais de concurso do MP/CE e MP/TO, a fórmula prevista nos respectivos editais foi considerada ilegal porque, em ambos os casos, a redução de escores de conteúdo jurídico em razão de erros quanto ao uso do vernáculo era ilimitada. A fórmula adotada pelo CEBRASPE para o concurso do MPSE é inédita, não sendo a mesma adotada por qualquer dos concursos apontados pelo impugnante. A fórmula matemática dos outros concursos reduzia em 20% sobre da nota máxima prevista para a questão o que, embora em teoria parecesse razoável, na prática, se a nota do conteúdo jurídico do candidato fosse baixa e os erros de português muitos, os descontos chegavam a zerar a nota de conteúdo. Não é o que prevê o edital do Concurso para ingresso na carreira de Promotor de Justiça do Ministério Público de Sergipe. Ao contrário do que ocorreu nos editais do MP/TO e MP/CE, no concurso do MP/SE, as notas do domínio da modalidade escrita não se sobreporão às notas do conteúdo jurídico. As questões teóricas valerão 1,20 ponto, sendo 0,96 a nota máxima relativa ao

conteúdo jurídico e 0,24 a nota máxima relativa ao domínio da modalidade escrita. Já as questões práticas valerão 4,00 pontos, sendo 3,20 a nota máxima relativa ao conteúdo jurídico e 0,80 a nota máxima relativa ao domínio da modalidade escrita. Ou seja, 80% da nota será atribuída ao conteúdo jurídico e 20% ao domínio da modalidade escrita. Dito de outro modo: a nota de domínio do conteúdo jurídico (Nci) foi fixada em 80% da nota máxima e a avaliação do domínio da modalidade escrita (Npi) foi fixada em 20% da nota máxima. Com essa proposta, o candidato que cometa muitos erros de português pode até zerar a nota de “avaliação do domínio da modalidade escrita”, mas isso impactaria no máximo em 0,8 da nota total nas questões práticas e 0,24 nas teóricas. No mais, para zerar sua nota de “avaliação do domínio da modalidade escrita” devido a erros de português o candidato precisaria cometer uma média de 2 erros por cada linha escrita, pois a fórmula matemática tem uma nota de partida da qual são descontados o número de erros de “domínio da modalidade escrita”, dividido pelo número de linhas e multiplicado por um “fator” que é 50% da nota máxima prevista para a nota de domínio da modalidade escrita.

O edital do MPSE afasta-se da fórmula matemática tida por draconiana usada em outros concursos (que permitiam zerar os acertos nas respostas ao conteúdo jurídico da questão pelos erros de português cometidos) ao tempo em que não é leniente com os erros quanto ao domínio da língua portuguesa. Em uma das impugnações sobre o tema, um candidato traz o seguinte exemplo com a finalidade de demonstrar que a fórmula matemática não seria isonômica: “O candidato A respondeu à questão 01 corretamente, e recebeu, a título de Nci, o total de 3,20. A título de Npi, o candidato escreveu 10 linhas, e cometeu 05 erros. Assim, sua nota Npi será: $0,8 - (0,4 \times 5 / 10) = 0,8 - 0,2 = 0,6$. O candidato A, que acertou integralmente o gabarito, e cometeu apenas 05 erros gramaticais, obteve a nota total de 3,8 (= 3,2 + 0,6). Já o candidato B respondeu à questão 01 parcialmente correta, e recebeu, a título de Nci, o total de 3,1. Já no que se refere à Npi, o candidato escreveu 24 linhas, e cometeu 06 erros. Sua nota Npi será: $0,8 - (0,4 \times 6 / 24) = 0,8 - 0,1 = 0,7$. Assim, o candidato B, que não acertou integralmente o gabarito, e cometeu 06 erros gramaticais, ficou com a pontuação total 3,8.” Não se vislumbra qualquer incoerência ou imperfeição na aplicação da fórmula no exemplo acima. Afinal, os supostos candidatos, numa questão prática que deveriam escrever até 90 (noventa) linhas, escreveram 10 e 24, respectivamente. O impugnante, em sua fundamentação, restringindo-se a valores absolutos, enfatiza o fato de, ao final, os dois supostos candidatos ficarem com a mesma nota, embora um deles tenha cometido um erro de Português a mais, e tenha tido um desempenho de conteúdo menor (um décimo). Deixa de considerar, no entanto, que, em seu exemplo hipotético, um escreveu 10 linhas, e o outro, 24. Pelas regras da proporcionalidade, portanto, 5 erros em 10 linhas têm – e devem ter – impacto proporcionalmente maior do que 06 erros, em 24 linhas.

Por fim, a correção dos aspectos microestruturais tem por base as regras gramaticais estabelecidas pelas gramáticas normativas, não havendo espaço para discricionariedade, podendo o candidato insatisfeito interpor recurso específico contra cada erro indicado pela banca examinadora.

Sequencial: 20

Subitem: 9.1

Argumentação: Com fundamento no item 1.6.1, venho apresentar IMPUGNAÇÃO ao edital nº 1 de 19 de abril de 2022, para provimento de vaga do cargo de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe. Consta do Anexo I do referido edital que as provas objetivas serão realizadas no dia 24/07/2022. Ocorre que, na noite do dia 20 para 21 de abril de 2022, fora publicado Edital para o cargo de Delegado de Polícia Civil do Estado da Bahia marcando para o mesmo dia 24/07/2022 suas provas objetivas e discursivas. Como sabido, os cargos de Delegado e Promotor de Justiça por apresentarem semelhança nos conteúdos exigidos costumam atrair os mesmos candidatos a um e a outro cargo. Acrescente-se a isso o fato que os estados de Sergipe e Bahia são vizinhos e diversos candidatos costumam fazer provas em ambos os estados, pela proximidade acabam por mudar de domicílio após a aprovação. Dessa forma, visando atrair maior número de candidatos a ambos os concursos, bem como maior oxigenação dos quadros do serviço público e conseqüentemente maior qualidade do processo seletivo e

satisfação do interesse público, venho à presença de Vossa Senhoria rogar pela retificação do Edital, com a alteração da data prova preambular de 24/0mm7/2022 para data posterior.

Resposta: indeferido. O Ministério Público tem autonomia e discricionariedade para decidir sobre as datas de realização das provas de seus exames. Sem razão de ser a impugnação que pede alteração de data da prova preambular para que não coincida com a prova de Delegado da Polícia Civil do Estado da Bahia, observado, ainda, que o edital do Ministério Público foi publicado anteriormente ao da PC/BA.

Brasília, 12 de maio de 2022.